Prazo de seis meses para queixa: o aviso de um advogado criminal em Braga Há um número que qualquer advogado criminal repete com frequência: seis meses. É o prazo para apresentar queixa nos crimes semipúblicos e particulares, contado a partir da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Passado esse período, o direito de queixa extingue-se e o processo pode simplesmente não avançar, por muito fundamentada que seja a razão da vítima. O problema é que muita gente deixa o tempo passar sem se aperceber. Depois de uma agressão numa saída à noite, de uma injúria num grupo de mensagens ou de uma discussão com um vizinho, é comum esperar que a situação se resolva sozinha, tentar um acordo informal ou simplesmente adiar a decisão. Quando finalmente se decide avançar, o prazo pode estar a terminar ou já ter terminado. Em Braga, como noutras cidades, é uma situação que qualquer advogado criminalista conhece bem. Convém perceber o que conta para o início do prazo. Não é necessariamente a data do facto, é a data em que o ofendido soube do facto e de quem o praticou. Se alguém descobre só mais tarde quem fez uma publicação difamatória, por exemplo, o prazo conta a partir dessa descoberta. Ainda assim, é arriscado contar com interpretações favoráveis: o mais prudente é agir assim que possível e guardar prova da data em que se tomou conhecimento.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Nos crimes públicos, como a violência doméstica, **advogado criminalista experiente** a lógica é outra: o Ministério Público avança sem necessidade de queixa. Mas mesmo aí convém não demorar, porque a prova perde força com o tempo, as testemunhas esquecem pormenores e as mensagens são apagadas. Um advogado criminal em Braga ajuda a identificar a natureza do crime, a confirmar se o prazo ainda está a correr e a escolher os documentos que devem ser reunidos antes de apresentar a queixa. Há também quem pense que apresentar queixa obriga a avançar até ao fim. Nem sempre é assim: em certos crimes, a lei permite desistir da queixa em determinadas condições, o que dá à vítima alguma margem para procurar uma solução negociada. Mas essa margem só existe se a queixa tiver sido apresentada dentro do prazo. Por isso, mesmo quando há esperança de um acordo, proteger o direito de queixa é muitas vezes a decisão mais sensata. Para evitar perder prazos, a QUOR Advogados responde a pedidos de contacto em 24 horas úteis e oferece consulta inicial de 70€, presencial em Braga ou online. O escritório fica na Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga. Ligue +351 939 709 888, das 9h às 18h, para analisar a situação.

888 FAQ:

Advogado Criminal em Braga Quanto custa a primeira consulta com um advogado criminal em Braga? Na QUOR Advogados, a consulta inicial tem um valor fixo de 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser feita presencialmente na Praça da República n.º 7, em Braga, ou online por videochamada. Se o cliente decidir avançar, recebe um orçamento claro antes de qualquer trabalho. O que fazer se um familiar for detido em Braga? O primeiro passo é saber onde a pessoa está e contactar um advogado o mais cedo possível. O arguido detido tem de ser presente a um juiz no prazo máximo de 48 horas, e é nesse interrogatório que se decidem as medidas de coação. O escritório da QUOR em Braga presta atendimento rápido em detenção, das 9h às 18h, pelo +351 939 709 888. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser informado dos factos e a ser assistido por defensor. A QUOR Advogados explica esses direitos, prepara o interrogatório e define a linha de defesa, sempre com linguagem clara e sem jargão. Qual é o prazo para apresentar uma queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados responde a pedidos de contacto em 24 horas úteis para que nenhum prazo se perca. A QUOR Advogados representa vítimas ou apenas arguidos? Representa ambos: «Representamos quem é vítima. Defendemos quem é acusado.» Em Braga, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha vítimas como assistentes, incluindo em casos de violência doméstica e crimes contra pessoas. A equipa trata também a queixa-crime e o pedido de indemnização civil. Fui vítima de burla MB WAY. Ainda é possível recuperar o dinheiro? Depende de cada caso, e nenhum advogado pode prometer a recuperação. O essencial é contactar o banco de imediato, guardar todas as conversas e comprovativos e apresentar queixa. A QUOR Advogados analisa se há fundamento para exigir ao banco a reposição dos valores e acompanha o processo penal e o pedido de indemnização. É possível evitar a prisão preventiva? A prisão preventiva é a medida de coação mais grave e deve ser excecional. A defesa pode propor alternativas como caução, apresentações periódicas, proibição de contactos ou OPHVE, fundamentadas com elementos sobre a vida do arguido. A QUOR Advogados tem uma área dedicada à legalidade, prazos, alternativas e recurso da prisão preventiva, e cada caso é analisado individualmente. Posso fazer a consulta online se não estiver em Braga? Sim. A QUOR Advogados realiza consultas por videochamada em qualquer parte de Portugal e no estrangeiro, com o

mesmo valor de 70€ e o mesmo sigilo profissional. Os documentos podem ser enviados em formato digital antes da reunião, em linha com o lema «Justiça Ecológica. Menos Papel e Mais Planeta.» Qual é o horário de atendimento do escritório de Braga? O escritório da Praça da República n.º 7, 3.º Andar, atende das 9h às 18h, pelo telefone +351 939 709 888. Fora desse horário, é possível escrever para info@quor.pt com o nome, o contacto e um resumo da situação. A equipa compromete-se a responder em 24 horas úteis. A QUOR acompanha processos fora da cidade de Braga? Sim. A equipa acompanha processos em todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Vila Verde, Amares e Fafe. A QUOR tem ainda escritórios no Porto e em Esposende, e as consultas por videochamada facilitam o acompanhamento à distância pelo mesmo advogado. Como tratar do registo criminal ou cancelar averbamentos? O certificado de registo criminal pode ser pedido online em registocriminal.justica.gov.pt, com Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital, e é válido por três meses. A QUOR Advogados ajuda a consultar, obter e interpretar o registo, e avalia se existe fundamento para pedir o cancelamento de averbamentos. Os requisitos e prazos legais variam, por isso cada situação é analisada individualmente. Quem acompanha os processos criminais na QUOR em Braga? Em Braga, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente e acompanha sobretudo vítimas, e o Dr. David Silva tem presença regular no Tribunal Judicial de Braga, com foco em julgamento, legalidade da prova e recursos. Na equipa da QUOR, a Dra. Inês Azevedo trabalha em urgências, primeiros interrogatórios e medidas de coação. Cada cliente é acompanhado pelo mesmo advogado ao longo do processo.